



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Finanças e Tributação

PROJETO DE LEI N.º 3.133, de 2004

“Dispõe sobre o direito da gestante ao conhecimento e vinculação à maternidade onde receberá assistência no âmbito do Sistema Único de Saúde.”

Autora: Deputada Luíza Erundina
Relatora: Deputada Yeda Crusius

1. RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria da Deputada Luíza Erundina, tem por objetivo garantir à gestante o direito ao conhecimento e à vinculação - no ato de sua inscrição no programa de assistência pré-natal em unidade do Sistema Único de Saúde (SUS) - à maternidade onde receberá assistência ao parto e em caso de qualquer intercorrência durante a gravidez.

Segundo a proposta, a maternidade deverá estar, comprovadamente, apta a prestar o atendimento previsto, sendo qualquer necessidade de transferência da gestante para outra maternidade analisada pelo SUS.

Apreciado na Comissão de Seguridade Social e Família, a proposta foi aprovada por unanimidade, nos termos do parecer do Relator.

Encaminhado à Comissão de Finanças e Tributação, fomos honrados com a designação para relatá-lo.

Aberto o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

2. VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão apreciar a proposição quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, arts. 32, X, “h” e 53, II) e de Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, que “estabelece procedimentos para o exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira”, aprovada pela CFT em 29 de maio de 1996.



9AC84E4638



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Finanças e Tributação

Nos termos da letra h do inciso X do art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD, cabe a esta Comissão o exame dos *“aspectos financeiros e orçamentários públicos de quaisquer proposições que importem aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública, quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual.”*

A proposta em comento visa tão-somente garantir à gestante o direito ao conhecimento e à vinculação prévia à maternidade em que será realizado o parto. Nesse contexto, entendemos que o Projeto não implica aumento ou diminuição de despesas, mas sim planejamento e organização de determinados serviços de saúde já realizados pelo SUS.

Diante do exposto, **voto pela não implicação em aumento ou diminuição de despesas ou receitas públicas** do Projeto de Lei nº 3.133, de 2004.

Sala da Comissão, em de de 2005

Deputada Yeda Crusius

Relatora

